

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E SUAS RELAÇÕES COM O ENSINO E A PESQUISA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

## UNIVERSITY EXTENSION: PROFESSIONAL LEARNING SPACE AND ITS RELATIONS WITH THE TEACHING AND RESEARCH IN HIGHER EDUCATION

*SANTOS, Marcos Pereira dos<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo realizar algumas reflexões sobre a extensão universitária, enquanto espaço privilegiado de aprendizagem profissional e de relações com o ensino e a pesquisa científica no contexto da Educação Superior brasileira na atualidade. Para tanto, o presente texto encontra-se dividido em três partes distintas, a saber: inicialmente são apresentadas algumas definições conceituais acerca da expressão “extensão universitária” em sentido amplo. Em seguida, discorreremos sobre a indissociabilidade existente entre as funções de ensino, pesquisa e extensão na universidade contemporânea. Por fim, busca-se efetuar alguns comentários referentes às principais contribuições das atividades extensionistas para a aprendizagem profissional dos estudantes universitários, dada a importância do estabelecimento de relações entre universidade e sociedade para o alcance de progressos no campo político, econômico, cultural, tecnológico e científico.

Palavras-chave: Extensão. Aprendizagem profissional. Ensino. Pesquisa. Educação Superior.

### ABSTRACT

This article aims to carry out some reflections on university extension as privileged space for professional learning and for strengthening the relation between teaching and scientific research in Brazilian Higher Education. It is divided into three parts. It initially presents some conceptual definitions about the term “university extension” in the broad sense. Then it explains the inseparability of teaching, research and extension in contemporary university. Finally, it seeks to make some comments concerning the main contributions of extension activities to the professional learning of the university students given the importance of the establishment of relations between the university and society to achieve progress in the political, economic, cultural, technological and scientific field.

Keywords: Extension. Professional learning. Teaching. Research. Higher Education.

<sup>1</sup> Doutorando em Educação, linha de pesquisa “Ensino e Aprendizagem”, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR). Escritor, poeta e professor adjunto do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), junto a cursos de graduação (bacharelado/licenciatura) e pós-graduação lato sensu, em Ponta Grossa/PR. Endereço eletrônico: mestrepedago@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A universidade pública ou privada considerada de bom nível, que possui ensino e pesquisa de qualidade e está inserida convenientemente no seu contexto social, político e econômico, já cumpre por si só a função para qual a sociedade a instituiu. Nesse sentido, o que a recomenda e legitima é a competência e a qualidade de seu produto, e não a prática mais ou menos assistencial que às vezes se confunde com extensão.

No intuito de eliminar tabus, dogmas e concepções infundadas sobre o papel da extensão universitária nos dias atuais, o presente artigo, fruto do projeto de extensão *Ensinando, pesquisando e aprendendo extensão universitária: uma realidade possível*, desenvolvido durante o 2º semestre letivo de 2011 junto aos acadêmicos do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), localizado no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, tem como objetivo principal trazer à tona algumas reflexões acerca da extensão universitária como espaço privilegiado de aprendizagem profissional e de relações com o ensino e a pesquisa no contexto da Educação Superior brasileira.

Posto isto, entendemos que a discussão sobre essa temática torna-se bastante pertinente e significativa face à conjuntura política e econômica vigente na sociedade capitalista contemporânea, uma vez que a universidade tem por excelência a função social e pedagógica de contribuir qualitativamente na formação acadêmica de seu público alvo, visando assim preparar profissionais dotados de elevada capacidade técnica e científica para o desempenho de suas atividades no competitivo mercado de trabalho.

## CONCEITUANDO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Para a complexa sociedade em que vivemos, a extensão universitária configura-se em uma das formas de atuação mais necessárias, pois a universidade é uma realidade social e política, uma instituição educacional que expressa a sociedade da qual faz parte.

A preocupação em possibilitar que a universidade atue produzindo resultados satisfatórios nas relações sociais é uma antiga questão. Entretanto, nos últimos tempos passou a ter conotações mais profundas e diferenciadas, principalmente quando se procura a redefinição da sua identidade, talvez pelo fato de carregar em si a perspectiva de ser mais compromissada com os interesses da sociedade.

Nesse contexto, pode-se afirmar que “a extensão foi sempre um conceito ligado à ideia de função social da universidade e forma pela qual poderia intervir junto a setores sociais em sua volta” (BOVO, 1999, p. 23). É de longo tempo, pois, a compreensão de que a universidade deveria promover a extensão do saber científico por ela produzido. O ensino foi sua função primeira, passando, posteriormente, para a pesquisa e, somente nos últimos tempos do século XX, foi-lhe acrescentada a função de *extensão*.

Em outras palavras, isto significa dizer que se o ensino é algo *sui generis* e a pesquisa representa uma identidade conquistada para uma instituição produtora de conhecimentos, portanto, com seu caráter específico, compreende-se que essas duas funções devam apresentar capacidades de serem estendidas a um público que se encontra além de seus muros. É a este “lado comunicativo” do saber científico presente no ensino e na pesquisa que se pode, idealmente, chamar de *extensão universitária*.

Sob essa perspectiva, a extensão seria a expressão do compromisso social do próprio conceito de universidade, sendo uma concepção que se origina no momento em que é adotado o modelo de universidade, no momento em que ela é construída ou que se queira dar-lhe objetivos sociais, políticos e culturais. Não é mera proposição individual, muito menos polissemias de justificativas para ações que acontecem no seu interior. É, ao contrário, uma construção histórica com dimensões teóricas fundantes

de ações que ajudam a delimitar o próprio espaço educacional da universidade, que, por sua vez, está imersa em um contexto de muitas outras instituições, também complexas.

Dizemos isso, porque, historicamente, as universidades ofereciam em seus cursos regulares somente o ensino e, por vezes, a pesquisa atrelada a este. Assim, as atividades extensionistas surgem da necessidade de uma interação universidade-sociedade, tornando-se obrigatórias no sistema de ensino superior brasileiro a partir da Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária. É importante também destacar que, antes de ser regulamentada em lei, algumas universidades promoviam atividades de caráter extensionista, embora estas fossem desenvolvidas apenas esporadicamente e com o objetivo de difusão cultural ou objetivos sociais filantrópicos.

Se considerarmos o fato de que a extensão possibilita à universidade, pública ou privada, devolver em forma de serviços um pouco daquilo que recebeu da sociedade, é possível conceber a dimensão extensionista, segundo Nogueira (2000, p.11), como um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”.

A atividade de extensão tem sua relevância por ser fonte de aprendizagem e oxigenação do conhecimento (artístico, científico, tecnológico e cultural) produzido na universidade, possibilitar a geração de novos conhecimentos de forma interdisciplinar através de suas ações e contribuir para a formação cidadã e profissional do estudante universitário, oportunizando ao mesmo trabalhar a partir da realidade objetiva concreta existencial e cooperar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equânime.

No entanto, para que a extensão universitária possa atingir seus objetivos faz-se necessário

evitar que ela seja orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários. Para tanto, as atividades extensionistas devem ter como função prioritária, sufragada democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na solução dos problemas de exclusão e discriminação sociais, de tal modo que nele se dê voz aos grupos marginalizados pela atual sociedade capitalista. (SANTOS, 2005, p.74)

Em outras palavras, essas considerações demonstram o quanto fundamental é o envolvimento de professores, técnicos administrativos e acadêmicos na prática das atividades extensionistas para que a universidade cumpra seu papel social, não como uma “boa ação” cidadã, mas como um conjunto de ações integradas e um processo acadêmico-científico, com rigor estrutural, padronização de conceitos e normas, metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazos, planejamento e avaliação de seus métodos, resultados e impactos sociais.

Sumariamente, pode-se dizer que a extensão universitária reflete as condições da sociedade na qual nos encontramos historicamente, marcada por contradições e permeada de conquistas e retrocessos. Portanto, para que se possa avançar na relação universidade-sociedade é fundamental a superação de mudanças impostas, vistas estritamente na ordem econômica. Todavia, entendemos que essa superação somente poderá ser efetivada a partir de novas modalidades de concepções emergentes na visão de totalidade das relações sociais, políticas e culturais.

## ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA: UMA TRILOGIA PERFEITA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no artigo 46, inciso VII, estabelece que uma das finalidades da Educação Superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). No entanto, a *extensão universitária* no Brasil é oficialmente reconhecida pela Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, artigo 207, como atividade pertinente ao fazer acadêmico, cabendo às universidades obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2009)

Nesse sentido, para se abordar satisfatoriamente a questão da extensão universitária brasileira, faz-se necessário não perder de vista suas articulações com as demais funções básicas da universidade: o *ensino* e a *pesquisa*.

Se o ensino repousa sobre o “já conhecido”, a pesquisa se dirige ao “ainda não conhecido”. Busca-se, pois, transformar o “ainda não conhecido” em algo conhecido; daí a tendência a se considerar que o ensino decorre da pesquisa: só pode haver ensino a respeito das coisas que se conhecem, que foram aprendidas. Todavia, só se pode aprender se houver conhecimentos sistematizados e a função da pesquisa é justamente produzir esses conhecimentos. Assim, na medida em que esses conhecimentos são produzidos, é possível difundi-los, ensiná-los a outras pessoas; daí resulta a necessidade de articular ensino e pesquisa às atividades extensionistas no âmbito das universidades.

Uma vez que o ensino (universitário) se destina à formação de profissionais de nível superior, centrando-se basicamente na transmissão do saber científico, e a pesquisa (científica) está diretamente voltada à produção de novos conhecimentos científicos e ampliação da esfera do saber humano, pode-se concluir que à extensão cabe a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e difunde através do ensino não fique restrito apenas ao espaço acadêmico. Ao contrário, de acordo com Saviani (1984, p.48), “cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade”.

Este é um aspecto importante que incide na função da extensão universitária no século XXI, uma vez que em muitas situações as universidades constituem um gueto na sociedade, ficando distanciada do conjunto social mais amplo e muito voltada para dentro de si mesma. Isto significa dizer que a prática extensionista não deve ser entendida em termos caritativos ou assistenciais, como por vezes se apregoa; embora a própria palavra “extensão” signifique “estender”, traindo assim o sentido assistencialista do termo. Trata-se, entretanto, de uma responsabilidade real de quem deve a possibilidade desses privilégios à sustentação daqueles que trabalham no setor produtivo da sociedade.

Sobre a concepção acerca da extensão universitária num viés assistencialista, Calderón (2003, p.37) esclarece:

A ideia que está por detrás desse entendimento é basicamente a seguinte: aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única; só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É

interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente, é necessário que se considere a mão inversa também.

Com efeito, é a própria sociedade que deve expor os problemas a serem solucionados, de modo que o contato efetivo com os mesmos permitirá à universidade transformar os objetos de suas pesquisas científicas em algo relevante e significativo para a sociedade em geral, bem como adequar o ensino às reais necessidades e interesses da mesma.

Nessa perspectiva, a pesquisa científica, compreendida como processo formador de conhecimentos, configura-se como um elemento constitutivo e fundamental da ação de “aprender a aprender-aprendendo” e, portanto, prevalente nos vários momentos curriculares da universidade. Isso implica afirmar que, para se efetivar uma articulação indissociável entre ensino-pesquisa-extensão na Educação Superior, torna-se extremamente necessário que o projeto político-pedagógico dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão ofertados pelas universidades possibilite, simultaneamente, o envolvimento dos atores sociais (docentes, discentes e comunidade externa), como componentes individuais, e o apoio da estrutura institucional como facilitadora da integração entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de garantir assim a sua execução de modo eficaz e eficiente.

Busca-se, com isso, caminhar na direção da transdisciplinaridade, abrindo mão das disciplinas “feudo” para visualizar e assimilar as disciplinas afins. O re-estabelecimento da prática transdisciplinar no ensino permitirá desfazer os limites entre teoria-prática, estágio, situação-problema, problematização, pesquisa e extensão, uma vez que todos esses elementos são princípios formativos do ensino na universidade (PORTILHO, 1998).

Para garantir a permanente atualização dos projetos político-pedagógicos na universidade, provocando e estimulando o fazer pedagógico científico – respeitando-se as especificidades de cada curso ou área de conhecimento – no sentido de responder às necessidades regionais e nacionais, entendemos ser preciso que a estrutura curricular dos cursos seja construída a partir de uma base mínima indispensável para a formação profissional, adotando-se como referência o ato de interrogar a realidade de modo crítico e permanente. Um projeto pedagógico assim elaborado aponta para a atitude reflexiva e problematizadora do aluno, permitindo-lhe produzir novos conhecimentos.

É fundamental que esse comportamento investigativo seja aplicado tanto para as atividades realizadas em sala de aula quanto para as desenvolvidas fora dela, de maneira que o estudante universitário possa participar de projetos de iniciação científica, atividades de monitoria acadêmica, eventos científicos diversos e práticas extensionistas, na qualidade de ato de criação e resolução de problemas, mas sempre com um viés indagativo, portanto, de pesquisa.

A concepção de ensino que tem na pesquisa científica seu elemento constituidor contrapõe-se, portanto, às práticas baseadas na visão positivista de construção do conhecimento, na qual os conteúdos curriculares ficam fracionados, descontextualizados e desproblematizados, resultando num aprendizado meramente memorístico. A ideia do

ensino articulado à pesquisa e de ambos, por sua vez, à extensão baseia-se, segundo Tuttmann (2000, p.69), em “atitudes analíticas, reflexivas, questionadoras e problematizadoras onde a aprendizagem parte das observações próprias para indagar o conhecimento e seu próprio mundo”.

Nesse contexto, os elementos curriculares adquirirão novas formas e os conteúdos não serão memorizados, mas apreendidos compreensivamente; a relação professor-aluno será a de parceiro e a avaliação da aprendizagem deverá incluir, prioritariamente, a análise do processo, dos alcances e da reorganização das ações. Contudo, é profícuo salientar que para efetivamente articular teoria-prática e ensino-pesquisa-extensão na universidade, é preciso criar mecanismos para romper a cultura dissociativa existente.

Dentre os mecanismos disponíveis institucionalmente para efetivar essa relação, pode-se destacar:

- 1) formulação de um projeto político-pedagógico institucional que explicita o que a universidade pensa sobre ensino, pesquisa e extensão e suas articulações;
- 2) elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de extensão, graduação e pós-graduação em consonância com o projeto político-pedagógico institucional;
- 3) definição das linhas de pesquisa, institucionalmente prioritárias, estimulando a interdisciplinaridade sem engessar ou impedir a formulação de projetos inovadores que possibilitem a descoberta de novos saberes;
- 4) instituição de parcerias internas e externas em atividades interdepartamentais e interdisciplinares com os diversos setores da sociedade civil organizada;
- 5) divulgação das experiências pedagógicas bem sucedidas para estimular novas iniciativas;
- 6) fortalecimento da avaliação institucional desses projetos, identificando as dificuldades encontradas e as atividades relevantes;
- 7) promoção da articulação das licenciaturas com o Ensino Médio, observando a reformulação em curso e atenuando a dissociação entre os diversos níveis de ensino;
- 8) introdução, na formulação das políticas de educação a distância, da necessidade de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão;
- 9) inclusão, na formação pedagógica, desde as séries iniciais dos cursos de licenciatura da relação ensino-pesquisa-extensão e teoria-prática; e
- 10) sensibilização do professor bacharel para a necessidade de buscar uma formação pedagógica. (FERREIRA, 2010, p.56)

Face ao exposto, convém ressaltar ainda que o contexto histórico, o meio social e a visão de mundo que professores e alunos vivenciam norteiam todas as atividades de ambos na universidade. Assim, as experiências que permeiam o ambiente universitário enriquecem as relações sócio-educativas e contribuem significativamente para a (re) construção de conhecimentos e a efetivação de um trabalho conjunto sem perder de vista a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

## **CONTRIBUTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL**

A universidade é um espaço educacional-social de produção e divulgação de conhecimentos científicos, sendo seu papel específico ‘educar pela ciência’ (DEMO, 1995). Para tanto, ela se utiliza do ensino, da pesquisa e da extensão para atingir esse objetivo.

No que diz respeito à extensão universitária, em específico, é essencial que esta esteja diretamente relacionada ao ensino e a pesquisa, bem como em consonância com os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelas instituições públicas ou privadas de Ensino Superior, cujos enfoques devem estar direcionados à formação e aprendizagem profissional abrangendo dimensões de caráter filosófico, histórico, epistemológico, ético e técnico-operativo.

Para atuar no mercado de trabalho, o perfil do profissional a ser formado, inclusive via contribuições da extensão universitária, deve ser daquele que constrói uma metodologia de intervenção a partir do domínio teórico e crítico-reflexivo do processo histórico de construção da realidade social que possibilite apreender seu objeto de intervenção, enquanto expressão particular da questão social. Essa intervenção, por sua vez, precisa ser planejada e capaz de enfrentar as determinações conjunturais da sociedade, tendo como pressuposto o reconhecimento da singularidade dos sujeitos sociais (experiências de vida, necessidades e potencialidades).

Nessas condições, as atividades extensionistas desenvolvidas pela universidade precisam “valorizar a questão de como objetivar a prática da aprendizagem profissional dos estudantes universitários sem perder sua conexão com as teorias que embasam o agir profissional” (MARTINELLI, 2003, p. 40). Corroboramos, pois, com o autor nesse sentido, uma vez que acreditamos ser a extensão universitária um espaço privilegiado de formação e aprendizado profissional, tendo em vista que proporciona o desenvolvimento de uma relação umbilical entre teoria e prática, realizando um “ir” e “vir” permanente à realidade social, o que contribui significativamente com o progresso cultural, político e econômico do país.

Sobre os contributos das atividades extensionistas para a aprendizagem profissional, Costa e Silva (2011, p. 77) afirmam:

A extensão universitária, por ser um campo onde se desenvolve uma proximidade maior com professores (coordenadores e supervisores de projetos de extensão) e também com a comunidade, possibilita ao acadêmico fazer a articulação dos conteúdos teóricos e operacionais, cria oportunidades para o desenvolvimento de habilidades referentes ao trabalho em equipe e fortalece o compromisso social e ético no que se refere à busca dos direitos do cidadão.

Além desses fatores, a extensão universitária visa ainda favorecer a capacitação dos acadêmicos para o agir profissional, colocando-os em contato direto com a realidade social; proporcionar mudanças políticas, culturais e sociais na comunidade; socializar conhecimentos; auxiliar os estudantes na aplicação clara e objetiva dos conhecimentos obtidos em sala de aula; possibilitar a vivência da interdisciplinaridade; oportunizar o desenvolvimento de novas habilidades e competências pessoais; bem como aprofundar conhecimentos teóricos em uma determinada área do saber e de atuação profissional.

Dessa forma, a extensão universitária abre espaço para que a formação inicial e a aprendizagem profissional dos acadêmicos seja mobilizadora da (re)construção de conhecimentos, das experiências vivenciadas e das ações dos sujeitos participantes dessa prática intervencionista, fazendo com que a universidade de fato possa ter um maior comprometimento com o progresso científico e tecnológico da sociedade na qual encontra-se inserida.

Contudo, é interessante destacar que as atividades extensionistas não devem se sustentar apenas no seu conjunto de valores e princípios. Estes precisam ser traduzidos e concretizados a partir de mediações que se constroem e se realizam cotidianamente pela atuação profissional *na e a partir da* realidade social.

Sendo assim, a universidade tem como função preparar os acadêmicos tanto teórica quanto metodologicamente, capacitando-os na identificação das diferentes expressões da questão social presentes no cotidiano da prática profissional, oferecendo o suporte necessário para que os futuros profissionais, a partir de um olhar crítico, desvelem a realidade concreta e desenvolvam ações criativas que venham ao encontro das reais necessidades da sociedade.

Apesar da extensão ser a função mais jovem da universidade e, muitas vezes, ser considerada uma atividade apêndice por lhe faltar orçamento financeiro específico além de recursos humanos e físicos, concordamos com Buarque (1994) ao afirmar categoricamente que a extensão universitária tem se configurado, nos dias atuais, como um espaço de formação profissional e de ricas e qualitativas aprendizagens, onde os acadêmicos dispõem da possibilidade de compartilhar conhecimentos e vivências com docentes e discentes de diferentes áreas do saber, bem como experimentar a tomada de decisão, perceber-se como profissionais e desenvolver qualidades e habilidades relevantes para o desenvolvimento da prática profissional, compreendendo a mesma como práxis, ou seja, sem desvinculá-la da teoria social aprendida.

Face ao exposto, é possível observar que a extensão universitária traz em seu bojo o diferencial de proporcionar aos acadêmicos uma sólida e significativa aprendizagem profissional, de modo que estes possam assim ampliar seus horizontes acerca da realidade social e, através de uma consciência crítica, pensar na adoção de estratégias político-profissionais de intervenção visando uma transformação qualitativa da mesma. Portanto, a extensão, como ação que possibilita a interação entre universidade e sociedade, constitui-se elemento fundamental capaz de operacionalizar a relação teoria-prática e a articulação com o ensino e a pesquisa científica, promovendo dessa forma uma troca de saberes erudito e popular. Daí a importância da universidade não 'dar as costas' para a sociedade, para a comunidade onde está inserida; voltando-se para dentro de si mesma, se autorreproduzindo, "paranoicamente", ciosa da sua ciência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que este artigo tomava forma e sentido, fortalecia-se cada vez mais a concepção de que a universidade, via atividades de ensino, pesquisa e extensão, desempenha um papel fundamental no âmbito da sociedade, uma vez que contribui significativamente para o seu desenvolvimento político, econômico, social, tecnológico e cultural.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que o tripé ensino-pesquisa-extensão seja sustentado pelo princípio da indissociabilidade, haja vista que a relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, de modo que docentes e discentes constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender levando à socialização do saber acadêmico-científico, ao passo que a conexão entre pesquisa e extensão ocorre



no momento em que a produção do conhecimento científico é capaz de contribuir para a melhoria das condições qualitativas de vida da população.

No que se refere à extensão universitária, em especial, faz-se necessário reafirmar que a mesma configura-se como um importante espaço de prática social e aprendizagem profissional no âmbito acadêmico, integrando dimensões investigativas e interventivas. Todavia, para que a extensão alcance definitivamente o *status* valorativo que lhe é cabível, em nível de equiparação ao do ensino e da pesquisa científica, entendemos ser preciso que essas duas funções sejam vistas, também, como uma espécie de prestação de serviços à sociedade em seu conjunto.

Sem a pretensão de esgotar o assunto em pauta, torna-se profícuo salientar, em última instância, o fato de que institucionalizar a extensão como prática acadêmica é ainda um grande desafio à gestão universitária contemporânea. Trata-se, pois, de criar uma nova cultura institucional para que as universidades públicas e privadas cumpram sua função social, começando pelo envolvimento e compromisso dos vários atores envolvidos (reitores, diretores, gestores, docentes, corpo discente e comunidade) e deixando de lado o amadorismo e a improvisação muitas vezes presente. Somente dessa forma é que a extensão universitária poderá, enfim, ser um instrumento impulsionador de mudanças profundas e significativas no âmbito do ensino, da pesquisa, da aprendizagem e, conseqüentemente, da sociedade em geral.



## REFERÊNCIAS

- BOVO, J. M. **Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23/12/1996.
- . **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** São Paulo: Saraiva, 2009. (Coleção Legislações Brasileiras).
- BUARQUE, C. **A aventura da universidade.** São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CALDERÓN, A. I. Extensão universitária: institucionalização sem exclusão. *In: Revista Educação Superior.* Piracicaba: EDUNIMEP, v.53, p.36-38, 2003.
- COSTA, A.; SILVA, P. B. **Extensão universitária brasileira: possibilidades, limitações e desafios.** São Paulo: Nelpa, 2011.
- DEMO, P. **Desafios modernos da educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- FERREIRA, A. P. **Gestão universitária: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2010.
- MARTINELLI, M. L. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** 3.ed.São Paulo: Cortez, 2003.
- NOGUEIRA, M. D. P. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- PORTILHO, E. M. L. A psicopedagogia no ensino superior: o ensinar aprendendo e o aprender ensinando. *In: WACHOWICZ, L. A. (Org.). A interdisciplinaridade na universidade.* Curitiba: Champagnat, v.02, p.43-56, 1998. (Série Educação: Teoria e Prática).
- SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade.** São Paulo: Cortez, v.10, 1984. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- TUTTMAN, M. T. Extensão universitária: uma alternativa viável? *In: Anais do IV Seminário de Institucionalização da Extensão Universitária.* Uberlândia: Editora Letras, p.69-71, 2000.

